

APRENDIZAGEM DA LEITURA E DA ESCRITA NA PANDEMIA

Taylane Marins Antas¹
Karin Koenig²

Resumo: Este artigo apresenta uma pesquisa sobre como se deu a aprendizagem da leitura e da escrita durante o período pandêmico. Este período provocou a necessidade do ensino remoto em todos os níveis educacionais. Dessa forma os professores tiveram que, rapidamente, aprender a utilizar tecnologias de ensino a distância e se adaptar a essa nova realidade. A pesquisa abordou a aprendizagem da leitura e da escrita no primeiro e segundo ano do Ensino Fundamental, onde verificou-se que os objetivos da leitura e escrita foram alcançados, em alguns casos, pelo fato de que os alunos tiveram um acompanhamento e suporte familiar. Uma das consequências positivas das aulas remotas foi a intensa interação entre família e escola.

Palavras-chave: Aprendizagem, Letramento, Pandemia COVID-19.

Abstract: *A This article presents a research on how the learning of reading and writing took place during the pandemic period. This period provoked the need for remote teaching at all educational levels. In this way, teachers had to quickly learn to use distance learning technologies and adapt to this new reality. The research addressed the learning of reading and writing in the first and second year of Elementary School, where it was found that the goals of reading and writing were achieved, in some cases, because the students had a follow-up and family support. One of the positive consequences of remote classes was the intense interaction between family and school.*

Keywords: *Learning, Literacy, COVID-19 Pandemic.*

Introdução

Estamos vivendo um período de modificações importantes na sociedade contemporânea. Ao final de 2019 surgiu um vírus na China chamado de SARS-CoV-2, mais conhecido como COVID-19 o que foi o causador de uma pandemia que assolou o Brasil em 2020. As aulas presenciais foram

¹ Graduanda Pedagogia - UNICNEC

² Professora Orientadora

suspensas decorrentes das restrições impostas pelas autoridades sanitárias. Essas restrições tomadas para conter a disseminação do vírus viabilizaram a paralização do sistema educacional no país, o qual foi adotado o ensino remoto.

O ensino remoto é uma medida temporária para continuar as atividades pedagógicas, as quais possuem o caráter de ensino presencial e diante desse cenário pandêmico, fez-se necessário aderir estratégias similares às utilizadas no Ensino a Distância (EAD).

Nesse contexto e com tantos conhecimentos chegando e tamanha rapidez nos lares, cada vez mais os docentes se adaptaram com o modelo de ensino remoto, procurarão aperfeiçoar seu desempenho e aprimorar seus estudos, para melhor cumprimento do seu trabalho, que hoje já se faz presencial novamente graças à vacinação e o baixo número de infectados e mortos.

O presente artigo visa investigar a aprendizagem da leitura e da escrita no cenário da pandemia da COVID-19. A delimitação do tema engloba o olhar para os objetivos de aprendizagem de leitura e de escrita no primeiro e no segundo ano do Ensino Fundamental durante o período pandêmico. Ainda que, os anos iniciais sejam um ciclo, isto é, a primeira etapa do ensino fundamental, é importante o modo como a leitura é trabalhada em sala de aula, para um melhor desenvolvimento da escrita dos alunos visto que é nesse período que as crianças apresentam o desejo pela mesma.

Os objetivos de ensino e de aprendizagem da leitura e da escrita, em alguns casos, puderam ser alcançados pelos professores que contaram com responsáveis/estudantes e que tinham conhecimentos de leitura e escrita para dar suporte a esses alunos em casa. Essas ações geraram uma aproximação da família com a escola, especialmente quando mantiveram uma rotina de estudo definida, com diálogo e parceria entre ambos, escola e família.

Alfabetização e Letramento

Nesse capítulo são apresentados os conceitos de alfabetização e de letramento. Nesse contexto, alfabetização é o processo de aprendizagem em que o estudante entende o que são os processos de leitura e de escrita. Em seguida, o aluno compreende as informações recebidas, interpretando-as e utilizando de forma construtiva.

O termo “alfabetização” é definido como o processo de aprendizagem onde se desenvolve a habilidade de ler e escrever de maneira adequada e a utilizá-la como um código de comunicação com o meio. É a capacidade de interpretar, compreender, criticar, ressignificar e produzir conhecimento.

O processo da alfabetização tem, no alfabetizando, o seu sujeito. O fato de ele necessitar da ajuda do educador, como ocorre em qualquer relação pedagógica, não significa dever a ajuda do educador, anular a sua criatividade e sua responsabilidade na construção de sua linguagem escrita e na leitura desta linguagem. (FREIRE, 1989, p. 28,29).

A fase da alfabetização deveria ser um espaço de aprendizagem que deveria receber maior atenção, já que é nessa fase que as crianças vão construir habilidades. Elas aprendem a ler, escrever, contar números, compreender pequenos textos. Além disso, elas aprendem a se relacionar com outras crianças, já que a escola é um espaço para socializar, e esse vínculo com os colegas e professores é fundamental para a construção e formação de sua identidade.

Alfabetização – processo de aquisição da “tecnologia da escrita”, isto é do conjunto de técnicas – procedimentos habilidades – necessárias para a prática de leitura e da escrita: as habilidades de codificação de fonemas em grafemas em fonemas, isto é, domínio do sistema (alfabetização ortográfico) (MORAIS; ALBURQUEQUE, 2007, p. 15).

É levado em conta que cada criança aprende no seu tempo, e essa aprendizagem depende de vários fatores que englobam seu cotidiano e sua realidade social, e isso, pode interferir na aprendizagem. Por isso, que

algumas crianças aprendem a ler, escrever e falar, caminhar, antes que outras, ou seja, mesmo que possuam a mesma idade se desenvolvem em tempos diferentes.

O letramento é a capacidade de saber ler e escrever de acordo com o contexto das práticas sociais que envolvem a leitura e a escrita, as quais se pautam na linguagem como produto cultural e social. No letramento, ele entende o sentido amplo da alfabetização, pois além de dominar o código oral e escrito reconhece as características e usos dos textos.

O fenômeno do letramento, então, extrapola o mundo da escrita tal qual ele é concebido pelas instituições que se encarregam de introduzir formalmente os sujeitos no mundo da escrita. Pode-se afirmar que a escola, a mais importante das agências de Letramento, preocupa-se não como letramento prática social, mais com o tipo de prática de letramento, a alfabetização, o processo de aquisição de código (alfabético, numérico) processo geralmente concebido em termos de uma competência individual necessária para o sucesso e promoção na escola. Já outras agências de letramento, com a família, a igreja, a rua como lugar de trabalho, mostram orientações de letramento muito diferentes (KLEIMAN, 1995, p, 20).

O letramento se encarrega da função social da leitura e da escrita, é através dele que desenvolvemos a prática em diversos contextos sociais. Portanto, uma pessoa letrada, não é apenas aquela que sabe ler e escrever, mas sim, a que é capaz de dominar o uso da escrita no seu dia a dia. De acordo com Soares (2004, p. 90):

Embora correndo o risco de uma excessiva simplificação, pode-se dizer que a inserção no mundo da escrita se dá por meio da aquisição de uma tecnologia – a alfabetização, e por meio do desenvolvimento de competências (habilidades, conhecimentos e atitudes) de uso efetivo dessa tecnologia em práticas sociais que envolvam a língua escrita – letramento.

Assim, a alfabetização e o letramento são processos importantes que introduzem a criança no mundo da escrita e da leitura. Porém, a alfabetização

é o processo de aprendizagem onde se desenvolve a habilidade de ler e escrever, já o letramento desenvolve o uso competente da leitura e da escrita nas práticas sociais (função social). A maior diferença que há no processo de alfabetização e letramento é o domínio sobre a leitura e a escrita. De acordo com Soares citado por Moraes e Albuquerque (2007, p.47):

Alfabetizar e letrar são duas ações distintas, mas inseparáveis do contrário: o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja, ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o indivíduo se tornasse ao mesmo tempo alfabetizado e letrado.

Alfabetização e letramento estão conectados, se complementando para dar sentido ao conhecimento, então, quando se trata de alfabetização e letramento, eles fazem parte do mesmo processo. O aprendizado da escrita se dá ao mesmo tempo por meio de dois processos: o da alfabetização, com a aprendizagem do sistema convencional de escrita; e do letramento, com o desenvolvimento de competências de uso desse sistema nas práticas sociais que envolvem a linguagem escrita e leitura.

Esse conceito toma por base os estudos de Soares (2007, p.44):

Dissociar a alfabetização e letramento é um equívoco porque, no quadro das atuais concepções psicológicas, linguísticas e psicolinguísticas de leitura e escrita, a entrada da criança (e também o adulto analfabeto) no mundo da escrita, a entrada da criança (e também do adulto analfabeto) no mundo da escrita ocorre simultaneamente por esses dois processos; pela aquisição do sistema convencional de escrita – a alfabetização – e pelo desenvolvimento de habilidades de uso desse sistema em atividades de leitura e de escrita, nas práticas sociais que envolvem a língua escrita – o letramento. Soares (2017, p.44).

Enquanto a alfabetização se resume a um processo de ensino de leitura e escrita, o letramento vai além. Ele faz com que o aluno desenvolva o domínio da linguagem escrita e também falada.

Já a leitura é um processo de compreensão de mundo, que o leitor realiza um trabalho ativo de construção do significado do texto, a partir dos seus objetivos, do conhecimento sobre o assunto. A leitura é de forma como se interpreta um conjunto de informações presentes em livros, jornais, revistas, entre outros.

Alfabetização e letramento são dois conceitos que se completam, e para compreender o processo de aprendizagem nos anos iniciais é necessário saber seus conceitos para ter uma visão ampla e saber direcionar os conteúdos. No próximo subtítulo busco sintetizar os resultados da pesquisa desse conceito nas legislações contemporâneas.

O conceito de Alfabetização na Legislação

Nesse capítulo apresento um estudo realizado durante a pesquisa para compreender como a alfabetização está mencionada nas principais legislações que dão base ao trabalho do professor que é alfabetizador nos anos iniciais do Ensino Fundamental, principalmente o 1º e 2º ano.

De acordo com a LDB (BRASIL, 1996), o ensino fundamental é uma das etapas da Educação Básica no Brasil. Dentro do Ensino Fundamental, os anos iniciais compreendem a oferta educacional para crianças a partir dos 6 anos até 10 anos de idade, do 1º ao 5º ano, sendo o foco deste trabalho o 1º e 2º ano do Ensino.

Fundamental, ou seja, crianças de 6, 7 e 8 anos de idade, onde ocorrem as primeiras aprendizagens escolarizadas na área da alfabetização.

É importante esclarecer que a Legislação Escolar, (LDB) prevê a não retenção no primeiro e no segundo ano do ensino fundamental, portanto nota-se a presença regular nas escolas destas idades e turmas mencionadas anteriormente. A LDB traz as seguintes diretrizes sobre o ensino fundamental:

Art. 32. O ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

§ 1o É facultado aos sistemas de ensino desdobrar o ensino fundamental em ciclos.

§ 2o Os estabelecimentos que utilizam progressão regular por série podem adotar no ensino fundamental o regime de progressão continuada, sem prejuízo da avaliação do processo de ensino-aprendizagem, observadas as normas do respectivo sistema de ensino.

§ 3o O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurando às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

§ 4o O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais.

Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

§ 1o Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

§ 2o Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas para a definição dos conteúdos do ensino religioso.

Art. 34. A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

§ 1º São ressalvados os casos do ensino noturno e das formas alternativas de organização autorizadas nesta Lei.

§ 2º O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino. (LDB, p.23 e 24).

Como visto no artigo 32, o ensino fundamental tem por objetivo a formação básica do cidadão, desenvolvendo a capacidade de aprender, tendo domínio da leitura, escrita e do cálculo. É preciso elaborar atividades criativas, para que o aprendizado de letras e números, sílabas até a formação de pequenas frases. Essas atividades podem ser realizadas através brincadeiras e jogos, englobando o brincar que é essencial.

Ao compreender as diretrizes da LDB postas ao trabalho do professor que irá atuar na alfabetização, passo a analisar o Plano Nacional de Educação - PNE (BRASIL, 2014). LEI Nº 13.005

Ele é um documento criado pela lei nº 13.005 que define os objetivos e metas para o ensino em todos os níveis. Sancionado em 2014 pelo Congresso Nacional, o PNE 2014-2024, traz dez diretrizes, com 20 metas para serem atingidas durante dez anos, entre elas a melhoria da qualidade da educação, a valorização dos professores, além do combate do analfabetismo.

Esse documento do PNE 2014-2024 preconiza que todas as crianças de 6 a 14 anos devem ser matriculadas no Ensino Fundamental de 9 anos. É esperado que ao final do PNE, pelo menos 95% delas concluam essa etapa na idade recomendada. A pandemia da COVID-19 provocou uma alteração na possibilidade de atingir essa meta, especialmente, pelas possíveis retenções que irão ocorrer a partir dos próximos anos, antes de 2024, quando se encerra esse PNE. De acordo com o PNE (2014), uma das metas é alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do ensino fundamental. Suas estratégias são:

5.1) estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as

estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos (as) professores (as) alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças; 5.2) instituir instrumentos de avaliação nacional periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular os sistemas de ensino e as escolas a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do ensino fundamental; 5.3) selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos; 5.4) fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos (as) alunos (as), consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade; 5.5) apoiar a alfabetização de crianças do campo, indígenas, quilombolas e de populações itinerantes, com a produção de materiais didáticos específicos, e desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem o uso da língua materna pelas comunidades indígenas e a identidade cultural das comunidades quilombolas; 5.6) promover e estimular a formação inicial e continuada de professores (as) para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação *stricto sensu* e ações de formação continuada de professores (as) para a alfabetização; 20 5.7) apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal. (BRASIL, 2018, p.39-40-41).

O PNE é um documento de extrema importância para a educação, ele vem trazendo mudanças e está contribuindo para a melhoria do ensino, e foi criado também para acabar com as desigualdades sociais em relação a aprendizagem e as oportunidades das crianças.

Alfabetização em Tempo de Pandemia

No início da pandemia surgiram muitas dúvidas em relação à situação nas escolas. Com as aulas suspensas vivenciamos diariamente o desafio da Educação à distância, o uso das tecnologias, o acesso à internet, as desigualdades sociais, a aprendizagem das crianças em casa, as dificuldades dos responsáveis. Foram surgindo muitos obstáculos para serem superados. O que acarretou uma série de insegurança, tanto nas escolas como dentro das casas dos estudantes. Afinal, o processo de alfabetização das crianças seria prejudicado.

Os alunos em processo de alfabetização precisavam dar segmento às aprendizagens que estavam sendo feitas nas escolas, só que naquele momento em seus lares. Foram pensadas estratégias para que isso fosse possível. Então, surgiu a necessidade de orientação e apoio por parte dos pais e dos professores.

Durante uma entrevista a uma escola para refletir sobre os impactos da pandemia, Magda Soares (2020) afirma:

Neste contexto de pandemia, que nos obriga a separar as crianças de seus professores e a descaracterizar o locus da aprendizagem – não mais a escola, mas o lar – o professor tem de se esforçar para se manter presente por meio de um ensino a distância que possa dar alguma continuidade à aprendizagem a partir de onde o processo foi interrompido, sempre levando em consideração que a criança está em ambiente totalmente diferente do ambiente escolar, e frequentemente inadequado para a realização de atividades escolares. Os pais estão se descobrindo em um novo papel, para o qual não foram preparados. Daí a importância de os professores orientarem também os pais para apoiar a criança na aprendizagem

a distância. Um efeito muito positivo que o ensino a distância pode ter é criar uma maior aproximação entre escolas e famílias: os pais compreendem melhor o processo de aprendizagem de seus filhos; embora sem formação para isso, entendem com mais clareza qual é a função do professor e da escola; talvez desenvolvam o hábito de acompanhar mais de perto o desenvolvimento de seu filho. Ao mesmo tempo, certamente passam a valorizar mais a escola e os professores. Entrevista de Magda Soares (2020)

No começo do isolamento social em quarentena, foram surgindo mudanças necessárias para dar continuidade ao ano letivo. Os profissionais da educação foram submetidos a uma nova organização de ensino observando regras, que foram definidas pelo Conselho Nacional de Educação como modalidade EAD, remota ou planos emergenciais de atividades.

Muitas instituições adotaram o ensino remoto, sendo esta uma solução temporária para dar continuidade às atividades pedagógicas; o que por sua vez é diferente do ensino a distância. EAD é uma modalidade de ensino a distância que tem uma estrutura organizada. Com isso, muitos professores tiveram que adaptar seus conteúdos para o formato online, para estabelecer a continuidade de suas atividades de ensino. Além disso, essas ferramentas trouxeram desafios para os professores, alunos e pais. Na entrevista em que Magda Soares fez para a escola, para refletir sobre os impactos da pandemia, ela afirma:

Temos tido reiteradamente desafios em proporcionar alfabetização de qualidade às crianças, particularmente às das camadas populares, que somam a maioria das crianças neste país. Segundo o último Censo Escolar, realizado em 2018, são mais de 20 milhões de crianças matriculadas no que considero o ciclo de alfabetização: da pré-escola aos anos iniciais do ensino fundamental. A atual pandemia veio acrescentar novos desafios, afastando as crianças das escolas e das alfabetizadoras na fase fundamental do processo de escolarização. Por um lado, foi interrompido o processo de alfabetização no início do período em que a interação alfabetizadora-criança é indispensável, pois a aprendizagem do sistema de escrita alfabética depende da compreensão bem

orientada das relações oralidade-escrita. Por outro lado, o afastamento das crianças da escola interrompe um processo apenas iniciado de escolarização, em que a criança começa a se inserir na “cultura escolar. Entrevista de Magda Soares (2020).

Com o afastamento das crianças da escola, esse processo de alfabetização passou a ser ainda mais desafiador. Por isso, é importante a proposta metodológica, a organização o planejamento de atividades, o acompanhamento pedagógico e a avaliação do processo.

A política alfabetizadora funciona como parte dos jogos de poderes das produções de linguagem. A alfabetização não é um campo neutro, nem faz parte somente do regime de signos linguísticos, da representação. A linguagem em alfabetização pode e deve ser colocada dentro do campo dos territórios de significações, produzidos pelas sociedades. A linguagem é parte das forças que determinam quem escreve/fala, porque escrevem/fala, como escreve/fala, o que escreve/fala, etc (MATOS,2010).

As mudanças que ocorreram ao longo do tempo na educação, certamente geraram novos desafios tanto para os alunos como para os professores. O professor no ensino remoto emergencial teve que se adaptar a novas ferramentas na sua função de ensinar. Embora a tecnologia tenha trazido benefícios para o processo de aprendizagem, não se pode desconsiderar a importância desse profissional como mediador da aprendizagem junto aos estudantes.

Considerações finais

Após a conclusão deste estudo, que teve como finalidade refletir sobre a aprendizagem da leitura e da escrita na pandemia. Fez-me compreender que o professor precisa ser um apoiador fundamental para o processo da leitura e escrita do educando, a colaboração, incentivando o ato de ler nas séries iniciais, através da família, da escola, e tendo a leitura como instrumento facilitador da aprendizagem, precisa obter lugar de evidência nas escolas.

Deve-se alfabetizar junto com o letramento para que haja uma aprendizagem de qualidade e formam pessoas que não apenas consegue ler e escrever o básico, mas sim que conseguem ler, escrever, produzir, interpretar, que consigam escrever o que sentem, o pensam sem terem dificuldades. Essa missão se caracteriza em colocar o aluno diante do mundo, que às vezes, para ele não era possível. É proporcionar uma comunicação entre ele e a sociedade.

As aulas remotas foram uma solução temporária para dar sequência às atividades pedagógicas. Todo esse esforço se fez necessário para manter os estudantes em um ritmo de estudo. Mesmo com todo esse esforço, ainda enfrentamos desafios, pois vivemos em um país com muita desigualdade social, e são nessas horas que essas desigualdades podem determinar aprendizagens ou não.

Apesar das dificuldades enfrentadas, os professores estão se esforçando ao máximo para cumprir seus objetivos, e o retorno dos alunos, apesar das mudanças, demonstram que estão aprendendo e se desenvolvendo.

Portanto, se torna significativo abordar algumas situações necessárias que precisam ser asseguradas para estimular o interesse dos alunos pela leitura. Dessa forma, unir às vivências dos alunos as práticas de sala de aula é atividade essencial, pois o olhar atento, sensível e uma prática flexível, permitem que a concepção do conhecimento aconteça de maneira agradável e torna as aprendizagens significativas.

Referências bibliográficas

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular. Educação é base.** Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 nov. 2021.

BATTISTI, V. F. de. **A Influência de Piaget na alfabetização.** Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/a-influencia-de-piaget-naalfabetizacao/149359>. Acesso em: 5 jul. 2021.

DIFERENÇA. **Alfabetização e letramento: Qual a diferença entre alfabetização e letramento?** Disponível em: www.diferenca.com/alfabetizacao-e-letramento/. Acesso em: 15 fev. 2021.

LOBO, Emy. **Como Fica a alfabetização e o letramento durante a pandemia?** Fundação Roberto Marinho. Disponível em: <https://www.futura.org.br/como-fica-aalfabetizacao-e-o-letramento-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 10 jun. 2021.

MENEZES, Karina Moreira.; COUTO, Raqueline de Almeida.; SANTOS, Sheila 'Carine Souza. **Alfabetização, Letramento e Tecnologias digitais. Especialização em Alfabetização e Letramento.** Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Salvador, 2019. Disponível: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/553784/2/eBook%20%20Alfabetizacao%2C%20Letramento%20e%20Tecnologias.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2021.

MORTATTI, M. R. L. **Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados.** Universidade Estadual Paulista - Campus de Marília, Programa de Pós-Graduação em Educação. Revista Brasileira de Educação. v.15 n.44 maio/ago. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n44/v15n44a09.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.